

FGV quer dureza com banco credor

18 JUN 1986

Rio — O chefe do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Paulo Nogueira Batista Júnior, disse ontem que uma das alternativas para o Brasil resolver o problema de sua dívida externa — que até o final do ano deverá chegar a 102 bilhões de dólares, segundo estimativa do Banco Central — é negociar duro com seus credores, explorando ao máximo o "poder de fogo" do País, nessa questão.

Nogueira Batista frisou que não se trata de declarar uma moratória unilateral mas, nesse cenário reduzir a carga de juros, através de uma diminuição expressiva de taxas de juros incidentes sobre a dívida. A seu ver, os problemas que o México vem enfrentando vão abrir espaços para o Brasil negociar a sua dívida. Assim, o País deve se solidarizar com o México e aproveitar os precedentes que foram criados.

Segundo o economista, depois do Plano de Estabilização Econômica, nos últimos três meses, o Governo ingressou numa fase de indefinição em relação à dívida externa. Ainda não disse à opinião pública o caminho que pretende seguir, estando numa encruzilhada, na qual precisa — e tem que fazer — uma opção estratégica. Ou a convencional, em que pode tentar ser um "devedor especial" ou a de negociar duro.

A alternativa convencional, disse, seria aquela de um país que teve problemas de pagamento da dívida externa no passado, superou-os em parte e teria supostamente condições de voltar ao mercado internacional de empréstimos. Esta alternativa, entretanto, segundo Nogueira Batista, decorre de uma visão equivocada, pois ignora o fato

básico de que os bancos credores tomaram a decisão estratégica de se desengajarem da América Latina. Isto é, não querem dar novos empréstimos mas, ao mesmo tempo, pretendem continuar recebendo integralmente os juros e, se possível, receber parte do principal.

— Se é verdadeira esta observação — acrescentou, o professor Batista Júnior, é pouco provável que o Brasil consiga voltar ao mercado rapidamente e obter os empréstimos bancários em escala significativa. Outra razão para discordar da tese de voltar ao mercado — frisou — é que o País acaba subutilizando sua capacidade de barganha, ao fazer uma opção por essa estratégia convencional. Para viabilizar uma volta ao mercado, o País teria que evitar ao máximo atritos na negociação da dívida já existente, preservando um bom relacionamento com os bancos credores, com os quais pretender normalizar suas relações. Os atritos impediram o País de obter concessões significativas na renegociação da sua dívida, apesar do poder de barganha de que dispõe.

Segundo o economista, o Brasil obteve algumas vantagens na primeira etapa da negociação. O endurecimento brasileiro começou em setembro do ano passado, quando o ministro Dílson Funaro assumiu a Fazenda, e foi até fevereiro deste ano, com dois resultados importantes. No primeiro foi o afastamento do FMI do processo de negociação, no qual o Brasil não aceitou o monitoramento desse órgão, que acompanha sua economia interna. A novidade é que as negociações passaram a ser diretas com os bancos credores, sem o FMI com o papel de intermediário.